

RESUMO

O presente trabalho terá como objetivo analisar a inércia do Estado de Minas Gerais na efetivação da Lei nº 12.244/2010, que tem como propósito a universalização das bibliotecas escolares no país. Apesar da norma legal ter fixado o prazo de 10 (dez) anos para a sua efetivação, o prazo encontra-se vencido e percebe-se que pouco ou quase nada foi realizado a concretização da política educacional. Sob a luz da Constituição Econômica que tem como fundamento a reparação das desigualdades sociais e a concretização de direitos fundamentais, a pesquisa abordará os possíveis bloqueios institucionais que vem impedindo a efetivação de direitos na formação da educação básica do referido Estado. A estrutura do trabalho, além da introdução e da conclusão, conta com 03 (três) capítulos. O primeiro demonstra o marco teórico da pesquisa, abordando o conceito sobre os bloqueios institucionais e o relaciona com o direito social à educação, ambos correlacionados à Constituição Federal de 1988. O segundo capítulo está voltado para a caracterizar a biblioteca escolar, enquanto espaço educacional e de formação pedagógica. Exibirá a biblioteca escolar com as suas características, estrutura, dimensão e acervo. O terceiro capítulo tem como resultado a aplicação da metodologia empreendida na pesquisa, demonstrando a análise dos dados quantitativos e qualitativos observados perante a estrutura das bibliotecas escolares mineiras, apontando a situação do seu patrimônio e da estrutura, bem como a (não) utilização de recursos orçamentários para o fomento desses espaços. A conclusão do trabalho aponta pela caracterização dos bloqueios institucionais perante a Constituição Federal de 1988 pelo Estado de Minas Gerais, no que tange ao não cumprimento da política educacional de universalização das bibliotecas escolares pelo prazo estabelecido pela lei e que a mesma continua sendo inviabilizada pelo ente da Federação que não possui previsão para a sua concretude.

Palavras-chave: direito; lei nº 12.244/2010; políticas educacionais; universalização das bibliotecas escolares; constituição econômica; bloqueios institucionais.